

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 2

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**A Educação em suas
Dimensões Pedagógica,
Política, Social e Cultural 2**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-28-3

DOI 10.22533/at.ed.283201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO JOGO BOLA NA CAÇAPA	
Flávia Cristina dos Reis Abud Fonseca Ana Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.2832013021	
CAPÍTULO 2	8
CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO Y CONOCIMIENTO CIENTÍFICO, UNA PROPUESTA PARA EL AULA	
Liliana Esther Mayoral Nouvelière Eugenia Cristina Artola Francisco González García	
DOI 10.22533/at.ed.2832013022	
CAPÍTULO 3	27
COTIDIANO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO DAS “ARTES DE FAZER”	
Letícia de Oliveira Castro Heloísa Raimunda Herneck	
DOI 10.22533/at.ed.2832013023	
CAPÍTULO 4	38
CULTURA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: O DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO	
Alexandre Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2832013024	
CAPÍTULO 5	51
DESENVOLVIMENTO DO DESIGN COGNITIVO DO MUSEU VIRTUAL DA ESCOLA PARQUE DE ANÍSIO TEIXEIRA VIA PESQUISA-APLICAÇÃO - DBR	
Ednei Otávio da Purificação Santos Alfredo Eurico Rodrigues Matta Jaci Maria Ferraz de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013025	
CAPÍTULO 6	60
DESPROTEÇÃO SOCIAL E BARBÁRIE:A REALIDADE DE FILHOS E PAIS NA SEGREGAÇÃO DOS HANSENIANOS NA COMUNIDADE DE PARICATUBA IRANDUBA AM	
Ana Maria Menezes Fonseca Ângela Emília Gama da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013026	

CAPÍTULO 7	73
DISCRIMINAÇÃO E INVISIBILIDADE: OS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA A PESSOA LGBTQI+ E EDUCAÇÃO	
Morgana Naiara Barbosa Moraes Luís Antonio Bitante Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013027	
CAPÍTULO 8	82
E LÁ SE FORAM QUATRO ANOS: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA	
Vanderlei Balbino da Costa Halline Mariana Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013028	
CAPÍTULO 9	92
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS COMO ELEMENTO MOTIVADOR	
Solidade Virgínia Cavalcante Alves Abigail de Souza Pereira Maria de Fátima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2832013029	
CAPÍTULO 10	102
EDUCAÇÃO DO CAMPO E ÊXODO RURAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: UMA TESE EM SETE ARTIGOS	
José Fabiano de Paula Leonidas Roberto Taschetto	
DOI 10.22533/at.ed.28320130210	
CAPÍTULO 11	113
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO DIREITO À REALIDADE	
Maria José Poloni Neide Cristina da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28320130211	
CAPÍTULO 12	127
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LEVANTAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE FAVOREÇAM O PENSAR CIENTÍFICO DA CRIANÇA E O REPENSAR DA AÇÃO DOCENTE	
Rosângela Duarte Elena Campo Fioretti Ana Claudia Paula do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.28320130212	
CAPÍTULO 13	145
EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PARASITOLOGIA	
Thaís Gomes de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.28320130213	

CAPÍTULO 14	155
EDUCAÇÃO EM QUÍMICA: O USO DA EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO DE SOLUÇÕES	
Josefa Vanessa dos Santos Araújo	
José Carlos Oliveira Santos	
Joabi Faustino Ferreira	
Vanderléia Fernanda dos Santos Araújo	
Victor Júnior Lima Félix	
Breno do Nascimento Ferreira	
Rita de Cássia Limeira Santos	
Maria Gabriela da Costa Melo	
Tárcio Rocha Dantas	
Anamélia de Medeiros Dantas Raulino	
DOI 10.22533/at.ed.28320130214	
CAPÍTULO 15	165
EDUCAÇÃO EUROPEIA NA IDADE MÉDIA: IMPORTÂNCIA DO CRISTIANISMO	
Ozineide Alves de Oliveira	
Maiké Lucas de Oliveira Maia	
DOI 10.22533/at.ed.28320130215	
CAPÍTULO 16	169
EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	
Raquel Almeida Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.28320130216	
CAPÍTULO 17	177
EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO	
Judcely Nytyeska de Macêdo Oliveira Silva	
Leonardo Lira de Brito	
Maria de Fátima Carvalho Costa	
Amanda Feliciano da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.28320130217	
CAPÍTULO 18	187
EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Josy Lira Dias	
Kelly de Oliveira Mota	
Zilma Torres Dias	
Maria Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28320130218	
CAPÍTULO 19	199
EDUCAÇÃO SUPERIOR E MODELO ESTRATÉGICO DE GESTÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Audete Alves dos Santos Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.28320130219	

CAPÍTULO 20	210
EDUCAR PELA PESQUISA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO INTEGRAL ATRAVÉS DA EXPERIMENTAÇÃO EM QUÍMICA	
Patrícia Anselmo Zanotta Daniele Colebergue da Cunha Vanzin Marina Zanotta Rocha Maria do Carmo Galiuzzi	
DOI 10.22533/at.ed.28320130220	
CAPÍTULO 21	220
O JOGO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR NO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Eduardo Junior da Conceição Marina Gomes da Silva Guedes Vera Borges de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.28320130221	
CAPÍTULO 22	233
INCLUSÃO ESCOLAR: BARREIRAS ATITUDINAIS ENFRENTADAS NA APRENDIZAGEM	
Felipe Correa da Rosa Leite Claudete da Silva Lima Martins	
DOI 10.22533/at.ed.28320130222	
CAPÍTULO 23	242
ESCOLAS YANOMAMI E O CAMINHAR DE SUA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Katriny Alves de Aguiar Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel	
DOI 10.22533/at.ed.28320130223	
CAPÍTULO 24	254
ESQUIZOFRENIA E O PROCESSO EDUCACIONAL	
Tatiane Mello de Miranda Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.28320130224	
CAPÍTULO 25	265
ESTRATÉGIA PARA FORMAÇÃO EM GERONTOLOGIA, APLICAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR	
Daisy de Araújo Vilela Isadora Prado de Araújo Vilela Ana Lúcia Rezende Souza Marina Prado de Araújo Vilela Juliana Alves Ferreira Camila Ferreira Araújo Claurestina Ramires da Silva Keila Márcia Ferreira de Macêdo Glauco Lima Rodrigues Renata Machado de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.28320130225	

CAPÍTULO 26 278

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA: ACESSIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

Erica de Oliveira Gonçalves
Gabrielly Cristine da Silva

DOI 10.22533/at.ed.28320130226

CAPÍTULO 27 300

FAMPREPARA: UMA AÇÃO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Neire Moura De Gouveia
Vanessa Rodrigues de Jesus
Lenilza Alves Pereira Souza
Daiana Sganzella Fernandes
Morgana Potrich

DOI 10.22533/at.ed.28320130227

CAPÍTULO 28 304

FILOSOFIA E PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EM JEAN PIAGET E JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Letícia Alves Assis
Edson de Sousa Brito

DOI 10.22533/at.ed.28320130228

CAPÍTULO 29 313

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA COM FOCO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – CTS

Luis Alexandre Lemos Costa
Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães
Mauro Guterres Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.28320130229

CAPÍTULO 30 327

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES YANOMAMI: UMA EXPERIÊNCIA NO RIO MARAUIÁ

Katrinny Alves de Aguiar
Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

DOI 10.22533/at.ed.28320130230

CAPÍTULO 31 336

A PARÁFRASE NO DISCURSO RELIGIOSO MIDIÁTICO

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Giovanna Moraes Ferreira
Letícia Jovelina Storto
Débora Cristina Machado Cornélio
Heitor Messias Reimão de Melo
Fernando Sabchuk Moreira
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes
Monica Soares
Vanessa Cristina Scaringi

DOI 10.22533/at.ed.28320130231

SOBRE A ORGANIZADORA.....	347
ÍNDICE REMISSIVO	348

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA: ACESSIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

Data de aceite: 31/01/2020

Erica de Oliveira Gonçalves

Pedagoga, mestado em Educação (UDESC), especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC), especialização em Psicopedagogia (FMP), professora da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP).

Gabrielly Cristine da Silva

Graduação em Pedagogia.

* Este artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, de autoria de Gabrielly Cristine da Silva, defendido em 2019 na Faculdade Municipal de Palhoça sob orientação da Me. Erica de O. Gonçalves.

RESUMO: A presente pesquisa busca analisar a acessibilidade e organização dos espaços escolares para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, em uma instituição pública da rede municipal de Palhoça/SC. Justifica-se a escolha do tema pois incluir é propiciar condições para que o estudante ingresse e permaneça na escola pois, dentre outras ações inclusivas, é preciso uma estrutura adequada para recebê-lo. Como metodologia, utiliza-se a abordagem qualitativa, de caráter descritivo, tendo como estratégia a pesquisa de campo. A técnica de coleta de dados se dá (i) pela entrevista concedida por uma funcionária da escola e, (ii) por meio da observação e registro fotográfico dos espaços coletivos

na instituição pesquisada. Desta forma, é possível compreender a estrutura arquitetônica da instituição em comparação com a norma brasileira de acessibilidade (ABNT NBR 9050:2015). Observa-se que a escola, embora não atenda a todas especificações da norma para receber estudantes com deficiência, por outro lado, a instituição promove a inclusão por meio de ações, mediações e projetos para equalizar as condições de acesso e autonomia para esses discentes. Nesse sentido, esse estudo torna-se relevante para analisar a inclusão também no aspecto físico das escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Deficiência. Mobilidade reduzida.

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos/as com deficiência tem sido debatida com frequência e ampla polêmica nas últimas décadas, entretanto, a adequação da estrutura escolar quase sempre não corresponde a esses anseios. Ao referir-se ao termo inclusão deve-se ter em mente, que se trata de assegurar que estudantes com deficiência tenham os mesmos direitos e oportunidades dos demais, especialmente no âmbito escolar. Neste viés, a inclusão de alunos/as com deficiência ou mobilidade reduzida deve promover condições adequadas

para permanência e locomoção destes sujeitos na escola com objetivo de oferecer melhores condições de ensino e de aprendizagem entende-se *mobilidade reduzida* como “aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente, sendo prejudicada e reduzida sua mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção”. (MACHADO; LIMA, 2015,p.369). O decreto nº 5.296 de 2004 define acessibilidade como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p.3).

Quando se usa o termo *acessibilidade* podem-se destacar diferentes tipos, dentre eles podemos elencar:

- acessibilidade atitudinal que pode ser entendida como a percepção sem preconceito e discriminações de outras pessoas em relação às com deficiência ou mobilidade reduzida;
- acessibilidade metodológica que é a ausência de barreiras nos métodos de estudo das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;
- acessibilidade programática que é a eliminação de barreiras nas políticas públicas;
- acessibilidade instrumental, qual seja, a superação de barreiras nos utensílios, instrumentos e ferramentas para diferentes finalidades;
- acessibilidade nos transportes que vai além da eliminação de barreiras em veículos, mas também em pontos de parada como calçadas e terminais;
- acessibilidade nas comunicações é onde não existe barreiras na comunicação interpessoal e na escrita, como por exemplos os textos em braille;
- acessibilidade digital que é o acesso a equipamentos e programas adequados e também de conteúdos e informações em diferentes formatos;
- acessibilidade arquitetônica que consiste na eliminação de barreiras físicas nas edificações.(BRASIL, 2013).

Reconhece-se a importância dos diferentes tipos de acessibilidade, no entanto, essa pesquisa tem seu foco acessibilidade arquitetônica, sendo o norteador deste trabalho. Diante disto, a pergunta que norteia esta investigação é: como são organizados os espaços escolares para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida em uma escola da rede municipal de Palhoça/SC?

Assim, o objetivo principal neste estudo é compreender como se organiza os espaços escolares voltados para estudantes com deficiência ou mobilidade

reduzida em uma escola da rede municipal de Palhoça/SC. Para isto, é preciso (a) contextualizar historicamente aspectos históricos acerca da inclusão de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito escolar; (b) refletir sobre as propostas da NBR 9050:2015 quanto a questão da estrutura de espaço e acessibilidade para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida no contexto escolar e, (c) investigar a estrutura escolar no sentido de observar se ela atende as necessidades dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, dentro das proposições dadas pela NBR 9050:2015.

De acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2008, p.1).

Dessa forma, a relevância social desse tema para analisar de que forma está sendo inferida essa mudança, pois segundo Mantoan (2003) incluir é muito mais do que colocar o aluno com deficiência na sala de aula regular e sim propiciar condições para que ele permaneça na escola, uma escola com estrutura adequada para recebê-lo.

2 | METODOLOGIA

Este artigo busca perceber e observar a organização dos espaços escolares para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Trata-se de uma pesquisa de campo, que de acordo com Gil (2002) é o estudo de um único grupo ou comunidade, por meio da observação direta do espaço e de entrevista com o grupo estudado.

A instituição de ensino para análise, é uma escola pública da rede municipal de Palhoça. A instituição atende cerca de 1500 crianças e adolescentes e conta com uma área plena de 9000 m² e área construída de 5300 m².

A técnica de coleta de dados foi a análise do Projeto Político Pedagógico da instituição e o registro fotográfico para análise e comparação com o proposto pela NBR 9050:2015, já que, para Santos (2000, p.64), “a imagem se apresenta como fonte ora como objeto de pesquisa, mas que também pode ser instrumento ou resultado.”

3 | BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

De acordo com as pesquisas na área da inclusão, tais como Mantoan (2003), Aranha (2004), Neto (2018) e Santos (2008), pessoas com deficiências têm sido excluídas de toda a sociedade em quase todos os períodos da história. No cotidiano escolar as dificuldades que emergem mostram que o tema inclusão ainda permanecem como uma situação que precisa ser resolvida, para tanto é necessário entender todo o processo que pessoas com algum tipo de deficiência passaram e seus desafios perante a sociedade e a escola.

Segundo Aranha (2004), na antiguidade a deficiência era vista como uma forma de punição por seus pecados perante a Igreja Católica. Posteriormente, com o avanço da medicina passou a ser vista como uma doença em que os indivíduos deveriam ser afastados do convívio social para tratamento adequado.

De acordo com Neto (2018) essas pessoas eram internadas em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais que recebiam variadas deficiências. Esse período da história ficou conhecida como “fase da exclusão” (NETO, 2018, p.84), pois qualquer pessoa que não se enquadrasse no padrão de comportamento e de desenvolvimento instituído pela sociedade era totalmente excluída.

A partir da década de 60 constitui-se um elemento definitivo para a mudança desse panorama, fomentada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) de 1948, que pessoas com deficiência passaram a ter novos espaços políticos e jurídicos a serem percorridos na busca da garantia de uma atenção cuidadosa e comprometida. (ARANHA, 2004).

Pode-se elencar ainda que a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) garantiu o direito de todas as pessoas deficientes sem discriminação por raça, cor, língua, sexo, origem, entre outros.

A constituição Federal (1988) compreende a educação como direito fundamental de todos e no seu artigo 205, trata a educação como imprescindível ao pleno desenvolvimento da pessoa, promovida e incentivada pela colaboração da sociedade.

No âmbito internacional, tem se observado iniciativas importantes no sentido de incluir crianças com deficiência no Ensino Regular. “E o que culminou foi a Declaração de Salamanca de 1994, que determinou as linhas de ações sobre deficiência.” (MAZZOTTA, 1999, p. 27).

A partir destes princípios, a Declaração de Salamanca insiste junto aos governos de todos os estados nacionais, bem como as organizações internacionais, de modo específico pede à Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco mundial, no sentido de endossar a abordagem a escolaridades educativas especiais como

parte integral de todas as políticas educacionais, em seus programas e projetos. (BRASIL, 2002, p. 87).

Esta declaração, também, solicita às Nações Unidas e suas agências, ações no sentido de criarem suas contribuições à cooperação técnica e que melhorem a rede de trabalho, pedindo auxílio mais eficiente à cláusula de inclusão de alunos com deficiência e às organizações não governamentais, solicitando que fortaleçam sua colaboração aos organismos oficiais nacionais e se envolvem em todos os aspectos de educação inclusiva.

Para a UNESCO, como organismo das Nações Unidas para a Educação, é solicitada a atenção em garantir que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais faça parte das discussões relativas à educação; bem como buscar apoio nas associações e sindicatos dos mesmos; estimular a comunidade acadêmica a realizar pesquisas e divulgar os resultados sobre a educação inclusiva, no sentido de criar um programa o qual expanda para instituições inclusivas e projetos amparados pela comunidade, no possível lançamento de projeto piloto. (ABRANCHES, 2012, p.90).

Além disso, a Declaração de Salamanca, de 1994, foi quem determinou as linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Essa Declaração instituiu-se a partir da Conferência Mundial sobre a Educação de Necessidades Especiais, ocorrida em Salamanca na Espanha.

De acordo com a Unesco (2005) na Declaração de Salamanca promulgada em 1994, o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos os indivíduos devem aprender juntos, onde estas escolas respondam às necessidades diversificadas de cada aluno adequando os diferentes ritmos e condições, assegurando assim a educação de qualidade para todos mediante à currículos apropriados, mudanças organizacionais, de estratégias de ensino e parceria com a comunidade. Para tanto, se a criança está em idade escolar esta deve frequentar a escola de ensino fundamental regular, tenha ela ou não algum tipo de deficiência, sendo que estes aspectos devem ser analisados de forma a proporcionar a este indivíduo os recursos necessários para auxiliar o seu desenvolvimento global.

É importante ressaltar que na política de inclusão de alunos que apresentam alguma deficiência na rede regular de ensino, é necessário rever concepções e paradigmas, a fim de desenvolver o potencial destes, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

A Resolução de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional da Educação (CNE), e a da Câmara de Educação Básica (CEB) institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de aluno que possui algum tipo de deficiência. Em vinte e dois artigos são destinados, especificamente, para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Essa Resolução também assegura a garantia de matrícula

nas escolas e atendimento educacional que garanta condições necessárias para que os alunos com necessidades especiais possam ter uma educação de qualidade.

O Plano Nacional de Educação (2014), para a Educação Especial, tem como sua diretriz atual a plena integração das pessoas deficientes. Possui vários objetivos e metas em relação à Educação Especial, das quais se destacam: tornar disponíveis livros didáticos em braile para os alunos deficientes visuais, aumentar os recursos que são destinados à Educação Especial, oferecer cursos para os professores sobre o atendimento básico para os alunos, ampliar os testes de acuidade visual e auditiva nas escolas, oferecendo apoio adequado para essas crianças. Têm-se várias leis que garantem a educação desses alunos, basta cumprir as suas iniciativas, incluindo-os e respeitando-os.

Assim, a inclusão deve ocorrer nas escolas da rede regular de ensino, com base nos princípios da escola inclusiva, garantindo além do acesso à matrícula, condições para o sucesso escolar de todos os alunos.

É nesse contexto que a escola precisa assegurar uma proposta educativa adequada às necessidades educacionais de todos os alunos, no processo de aprendizagem, buscando implantar os serviços de apoio pedagógico especializado, oferecido preferencialmente na própria escola. (BRASIL, 2001).

Em uma escola inclusiva, o aluno é considerado sujeito de direito e foco central de toda ação educacional. Portanto se faz necessário garantir a caminhada de toda e qualquer pessoa no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. (BRASIL, 2004).

Os alunos com deficiência, de acordo com MEC (2002) possuem o direito de serem atendidos no aspecto que os difere dos demais alunos, por um professor especializado ou um profissional de saúde, porém, no que tem de comum aos outros alunos cabe ao professor regente da classe regular dar-lhes suporte.

Algumas considerações sobre a inclusão escolar são mostradas por Aranha (2004) que reafirmam o que foi citado anteriormente, sobre a escola ter que estar preparada para receber todo tipo de aluno, o professor deve dispor-se a lidar com a diversidade, ou a heterogeneidade entre os alunos. Os materiais físicos como rampas de acesso e o próprio material humano devem ser organizados, os professores, os alunos e a comunidade geral devem estar abertos, conscientes desta diversidade, e ainda da importância deste trabalho de inclusão para evolução da sociedade e do próprio ser humano. O aluno com deficiência é um indivíduo como qualquer outro, que precisa de uma escola bem estruturada, de professores preparados e uma equipe que possa auxiliá-lo não só nas questões cognitivas e intelectuais, mas também na socio-afetiva, pois desta forma se estará valorizando o indivíduo pelas habilidades

que este possui e não pelas dificuldades acarretadas por sua deficiência.

A escola inclusiva é a representação da sociedade real, ou seja, ela prepara o com deficiência para o mundo. Rocha (2015) expõe que se o aluno com deficiência, quando não incluso fica num ambiente segregado, ele não consegue desenvolver sua existência com a diversidade, além disso, com a inclusão o maior ganho é para os ditos normais, que observam e aprendem com os outros uma forma diferente de experimentar a vida.

Analisando os aspectos da inclusão, Garcia e Watzko (2015) descrevem a importância de se perceber que, a escola, os profissionais, e o próprio método devem adequar-se às necessidades individuais dos alunos, ou seja, o meio deve ser um facilitador para o desenvolvimento de habilidades, sempre valorizando a diversidade entre os indivíduos.

A Lei Brasileira 2015 nº 13.146, Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI), trata do direito à educação, das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e contemplar todos os níveis de ensino, garantindo acesso e permanência. O AEE está contemplado, nessa lei. (BRASIL, 2015).

Esta lei trata de questões sobre a acessibilidade, educação e trabalho, além do combate ao preconceito e à discriminação.

A inclusão e a participação fazem parte essencial da dignidade e do pleno exercício dos direitos humanos. No campo da Educação Especial essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem autêntica igualdade. (ANTUNES, 2014, p. 32).

A inclusão, como resultado de uma política educacional voltada para todos, representa um grande avanço social, capaz de sanar deficiências e propiciar melhorias nas condições socioeconômicas culturais das pessoas com necessidades educativas especiais.

Para Mantoan (2003, p.16) “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.”

Sendo assim, o processo de inclusão requer muito mais que simplesmente colocar o aluno com necessidade educativa especial numa sala de aula do ensino regular. É dar condições para que este aluno aproprie-se de conceitos e desenvolva competências que lhe favoreça enquanto cidadão e membro atuante de uma sociedade em evolução.

Fuller e Clarck (2010) apontam que existem várias falhas nas propostas de políticas de inclusão escolar existentes. Uma das falhas frequentes tem sido a tendência de tentar padronizar o processo, como se fosse possível desenvolver uma perspectiva nacional única, ou prescrever padrões para contextos locais,

desconsiderando os efeitos que suas histórias assumem sobre a prática e a política.

Aranha (2004) apresenta que de acordo com a convenção da Guatemala, que revê a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), considera-se que não deve existir tratamento educacional desigual, com base na deficiência, pois é direito do ser humano o acesso ao ensino em escolas comuns de ensino regular. Portanto ao “substituir” este ensino regular pelo especial, tem-se a representação da quebra de uma lei, e a negação do direito do ser humano de receber o ensino obrigatório de forma regular e comum.

Nesta perspectiva a escola especial deveria ser compreendida como um recurso a mais no desenvolvimento do indivíduo com deficiência, ou seja, como um auxílio para sua inclusão, caso este necessite.

Voivodic (2014) salienta a importância de diferenciar dois termos que muitas vezes são utilizados erroneamente como sinônimos, incluir e integrar. O que diferencia os termos são as situações de inserção distintas, ou seja, integrar abrange mudanças que devem ocorrer com o indivíduo de forma a ele adequar-se às classes em que será integrado realizando assim um trabalho individual. Já na inclusão as mudanças que devem ocorrer não somente com o indivíduo, mas principalmente nas escolas, nos currículos e nas formas de avaliar este aluno, a fim de valorizar a diversidade e as potencialidades de cada integrante da comunidade escolar.

Para Carvalho, Durand e Melo (2016, p.62) quando citam Honnef e Costas (2012) e Michels (2011) dizem que

[...] a educação inclusiva tem se transformado em uma realidade no plano das leis, mas permanecem várias resistências à sua efetivação nas práticas e projetos institucionais. Instalam-se diversas formas de exclusão nos projetos arquitetônicos, as quais impedem o trânsito das pessoas com deficiência, ou nas relações de apiedamento e de negação da diferença.

Tal afirmação reforça a necessidade de ir além da criação de leis e decretos, mas a adequação dos projetos arquitetônicos das mais diversas estruturas, incluindo a escolar. É possível perceber que o processo de inclusão escolar ainda tem um longo percurso a seguir a fim de se tornar realmente inclusiva. Santos (2008) afirma que

Promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, no qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (SANTOS, 2008, p.33).

Assim como Santos, Mantoan (2003) afirma que a escola não deve ignorar o que acontece ao seu redor, implicando na mudança do atual paradigma escolar para

se encaixar no mapa atual da educação. Indo além, fazer com que a escola torne-se livre de preconceito e que reconheça e valorize as diferenças, capacitando os professores para que não se sintam incompetentes para lidarem com alunos com deficiência. Além da conscientização de alguns pais que não admitem a inclusão, pois acreditam que as escolas vão piorar a qualidade de ensino.

Cabe ressaltar ainda a diferenciação dos termos “inclusão” e “integração”, conforme Mantoan (2003, p.15) são usados “para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos metodológicos divergentes”.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2003, p.16).

Em suma, é necessário entender que incluir é considerar o ser humano independente de qualquer diferença, origem ou cultura. A educação inclusiva amplia essa oportunidade, sendo essencial para o desenvolvimento, valorizando as diferenças e não segregando-as como era na antiguidade.

No âmbito da estrutura escolar promover essa inclusão pode começar por exemplo com o Programa Escola Acessível que disponibiliza recursos para escolas públicas por meio do por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Esses recursos são destinados para adequação arquitetônica de rampas, sanitários, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora, etc. (BRASIL, 2012)

Esse programa tem como objetivo principal

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações. (BRASIL, 2013, p.7).

O acesso de mais escolas a esses recursos poderá ser o início da transformação da estrutura escolar, afinal ao analisar a lista das escolas contempladas, poucas do município de Palhoça são beneficiadas, em 2012 foram beneficiadas 6 escolas e no ano seguinte 9. (BRASIL, 2012).

Nos anos de 2014 a 2019 não foram encontrados dados de instituições beneficiadas. Em 2018 o MEC publicou “um novo documento que define as condições e prazos para a utilização de recursos financeiros do Programa Escola Acessível, a serem liberados ainda neste ano a escolas públicas municipais, estaduais e do

Distrito Federal da educação básica.”

No próximo capítulo será abordado as propostas da NBR 9050:2015 quanto a questão da estrutura de espaço para deficientes no contexto escolar, refletindo sua importância para uma melhor qualidade na vivência desses alunos no espaço escolar.

4 | NBR 9050:2015 E A ESTRUTURA DO ESPAÇO ESCOLAR

A NBR 9050:2015 “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (ABNT, 2015, p.1). Essa norma tem como objetivo propiciar a utilização e locomoção das edificações com autonomia e segurança, independente da idade e da limitação de mobilidade

Ainda, segundo a NBR 9050:2015 a acessibilidade é definida como

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p.2).

Explora também o conceito de acessível como

espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa. (ABNT, 2015, p.2).

Nesse viés, com os conceitos de acessibilidade e acessível delineados, o adequamento das estruturas com o proposto pela NBR 9050:2015 é indispensável. Uma estrutura escolar que atende as necessidades de todos os alunos favorece a autonomia dos estudantes em todo o ambiente escolar, sendo fundamental para que possam ir e vir.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. (BRASIL, 2008, p.13).

Essa afirmação, evidencia a necessidade dessa organização dos espaços, de forma que atenda as necessidades dos estudantes, independentemente das diferenças. Dessa forma, essa política está em consonância com a NBR 9050:2015 pois a mesma, trata de medidas específicas pensadas para a melhor locomoção dos sujeitos em diversas condições. Nesse sentido dispõe em seu conteúdo diversas imagens de como o ambiente deve ser para propiciar boas condições para todas as pessoas, assim através de suas figuras, todas com medidas em metros, estabelece alguns critérios.

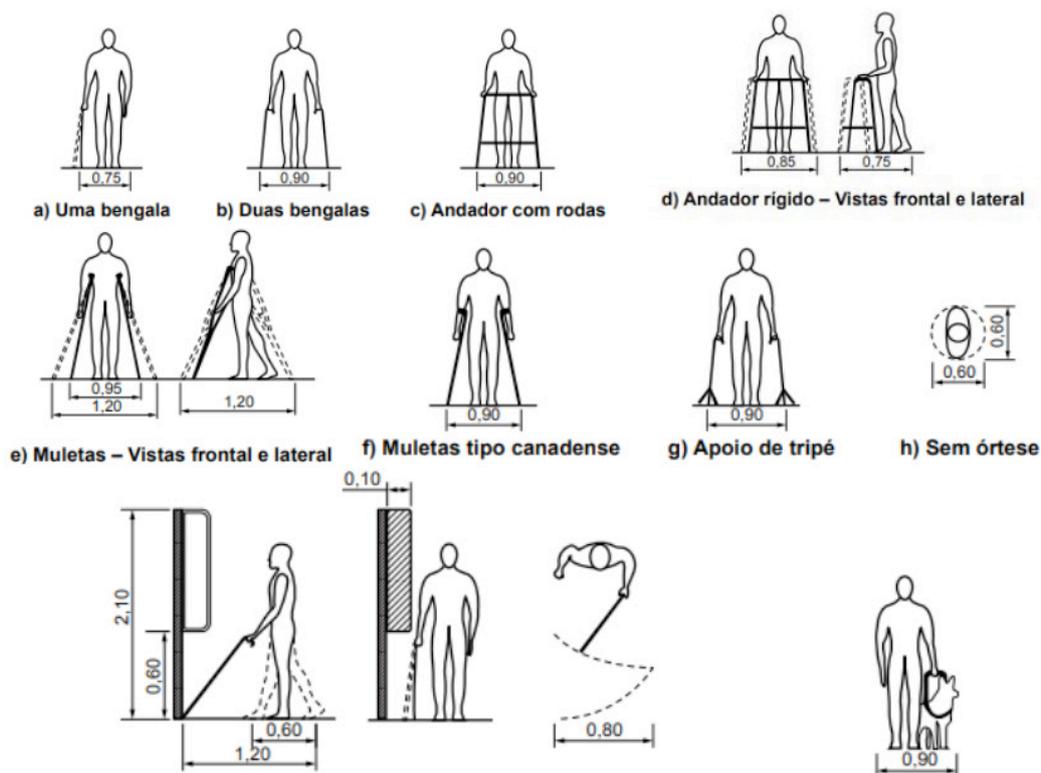


Figura 1- Dimensões referencial para deslocamento de pessoa em pé

Fonte: ABNT 9050:2015

A figura 1 retrata as condições necessárias para deslocamento de pessoas em pé com o uso de diferentes tipos de bengala, andador, muleta, apoio e cão-guia. As medidas estabelecidas devem servir como base para que o estudante consiga ir e vir na instituição sem qualquer tipo de obstáculo.

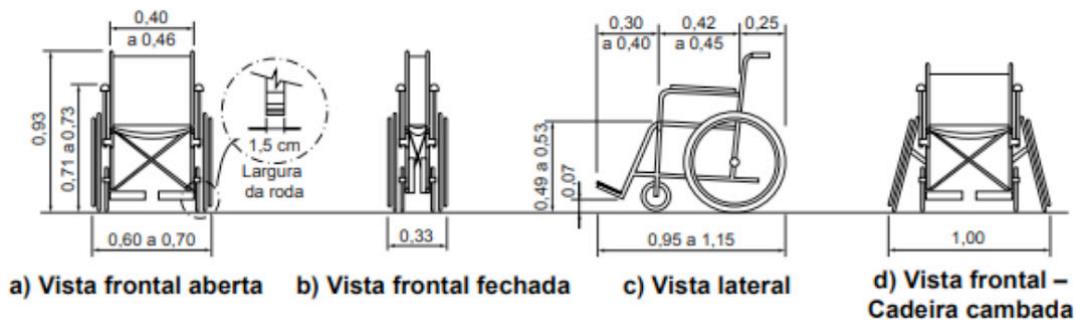


Figura 2 - Cadeira de rodas manual, motorizada e esportiva

Fonte: ABNT 9050:2015

Para pessoas em cadeiras de rodas (P.C.R), conforme a figura 2, as cadeiras de rodas manuais ou motorizadas precisam de um espaço adequado para sua locomoção. A cadeira cambada é também conhecida como cadeira esportiva. Nesse sentido cabe adequar para que todos os ambientes tenham esse espaço mínimo de circulação.

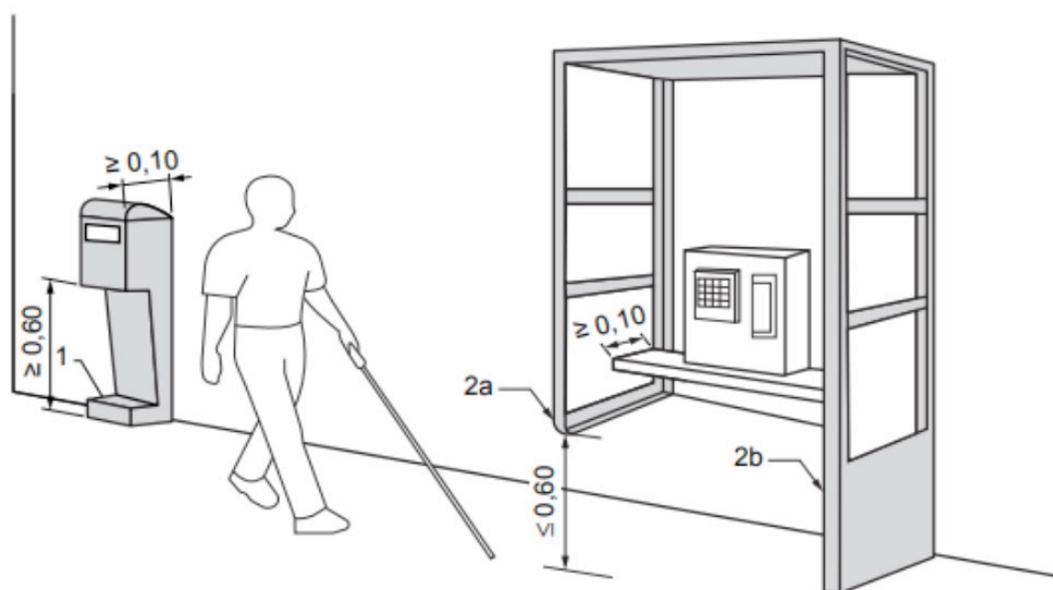


Figura 3 – Mobiliários na rota acessível

Fonte: ABNT 9050:2015

Mobiliários com altura 0,60 m até 2,10 m do piso podem se tornar riscos para pessoas com deficiências visuais. A figura 3 evidencia uma situação que não é necessária a sinalização tátil e visual de alerta. (ABNT, 2015).

Nas escolas é muito comum exposição com trabalhos dos estudantes com suportes e mesas nos principais acessos da instituição. Se não forem devidamente sinalizados, podem se tornar um obstáculo com risco de acidente para pessoas com deficiência visual.

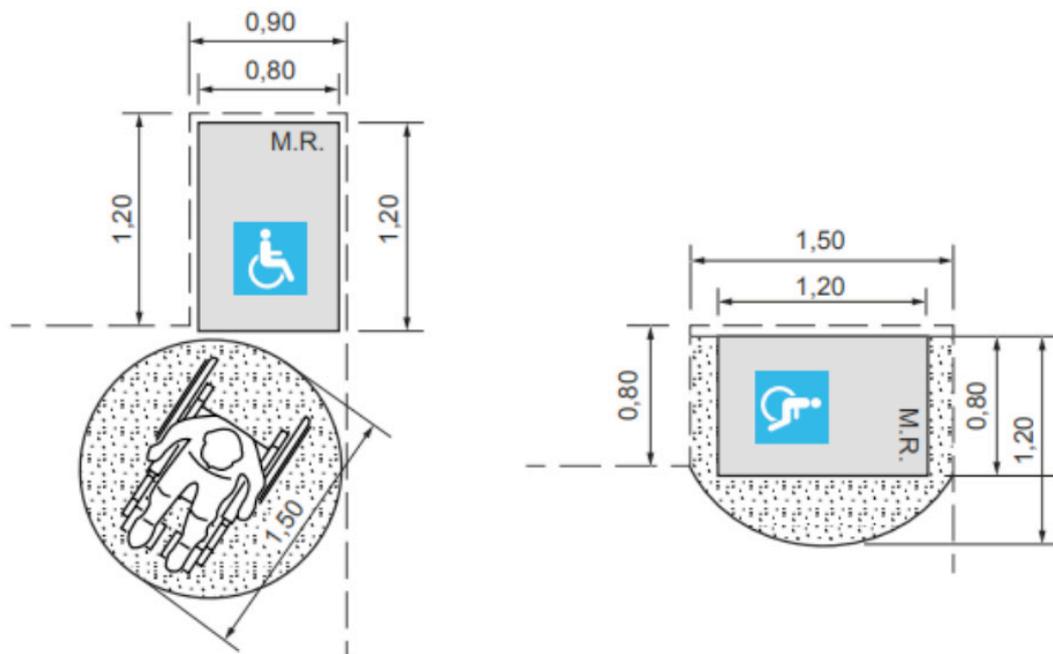


Figura 4 – Espaços para cadeira de rodas em áreas confinadas

Fonte: ABNT 9050:2015

A figura 4 determina o espaço necessário para que uma pessoa na cadeira de rodas possa ficar em um ambiente fechado. Cabe ressaltar a necessidade de deixar o espaço para a manobra da cadeira de rodas que deixe o estudante confortável para se locomover na instituição.

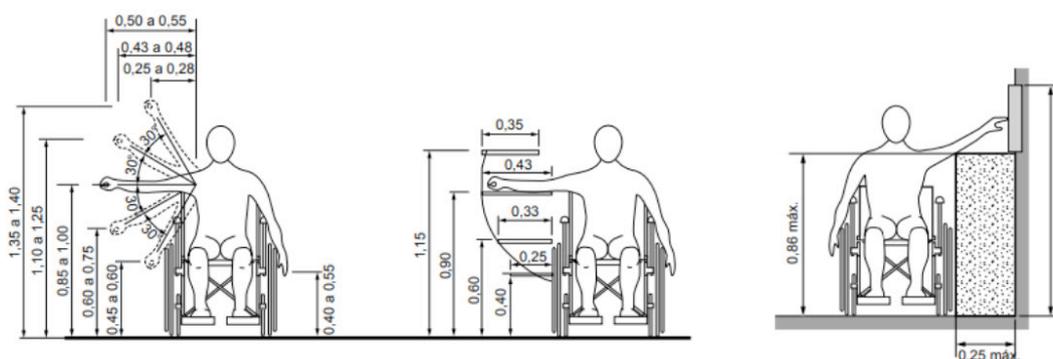


Figura 5– Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco Fonte: ABNT 9050:2015

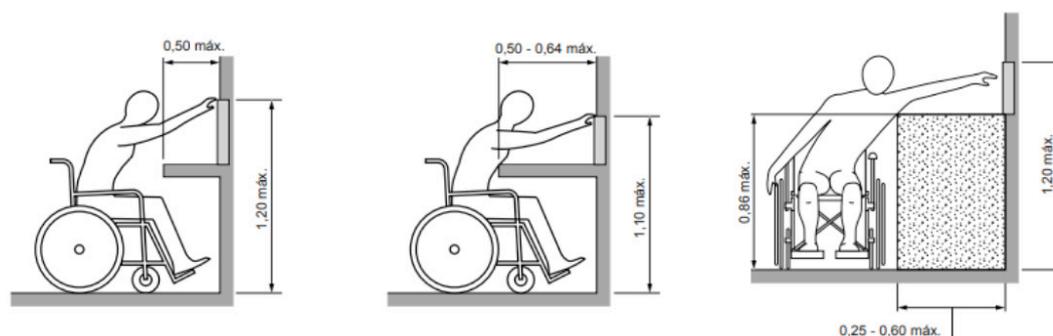


Figura 6 – Alcance manual lateral e frontal com deslocamento do tronco

Fonte: ABNT 9050:2015

As figuras 5 e 6 evidenciam a possibilidade de alcance manual frontal e lateral com ou sem o deslocamento do tronco.

Nesse viés cabe pensar em uma sala de aula que não limite a participação do estudante na cadeira de rodas, para que ele possa ter acesso com conforto e segurança aos diferentes objetos oferecidos em sala. A norma também estabelece as medidas mínimas para a superfície de trabalho, no caso das escolas a carteira da sala de aula de forma que o estudante se sinta confortável e possa realizar todos os movimentos necessários sem esbarrar em algum objeto.

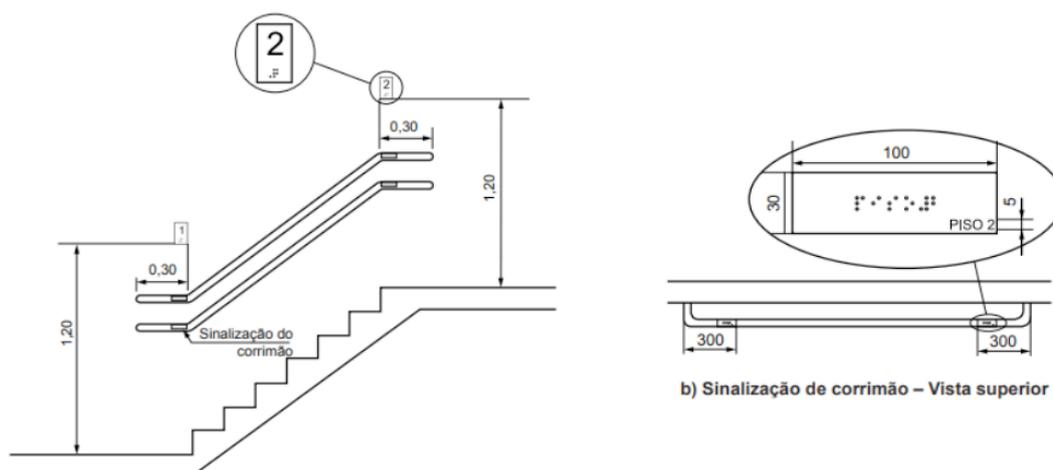


Figura 7– Sinalização de pavimento e corrimão

Fonte: ABNT 9050:2015

Os corrimãos de rampas e escadas devem ter caracteres em relevo e em Braille, onde identificam o pavimento. Ainda para as escadas, deve-se adotar um dos critérios para sinalização visual, com uso do piso tátil.

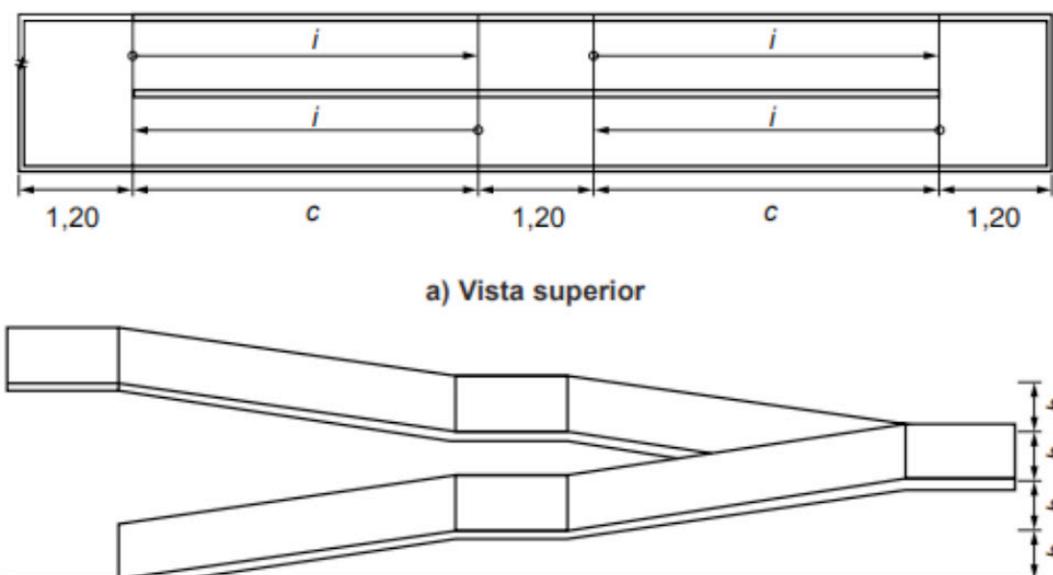


Figura 8 – Dimensionamento de rampas

Fonte: ABNT 9050:2015

São consideradas rampas, pisos com declividade igual ou superior a 5%. Para que uma rampa seja acessível ela deve considerar a seguinte fórmula:

$$i = hx100/c$$

onde i é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

Essa porcentagem varia de 5,00% a 8,33%, dependendo da dimensão da rampa, sendo que inclinações maiores que 6,25% devem ter áreas de descanso. Em relação a largura, deve ser “estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m.” (ABNT, 2015, p.59). As rampas são de extrema importância para garantir ao estudante com deficiência ou mobilidade reduzida o acesso a andares superiores da instituição ou desníveis de piso.

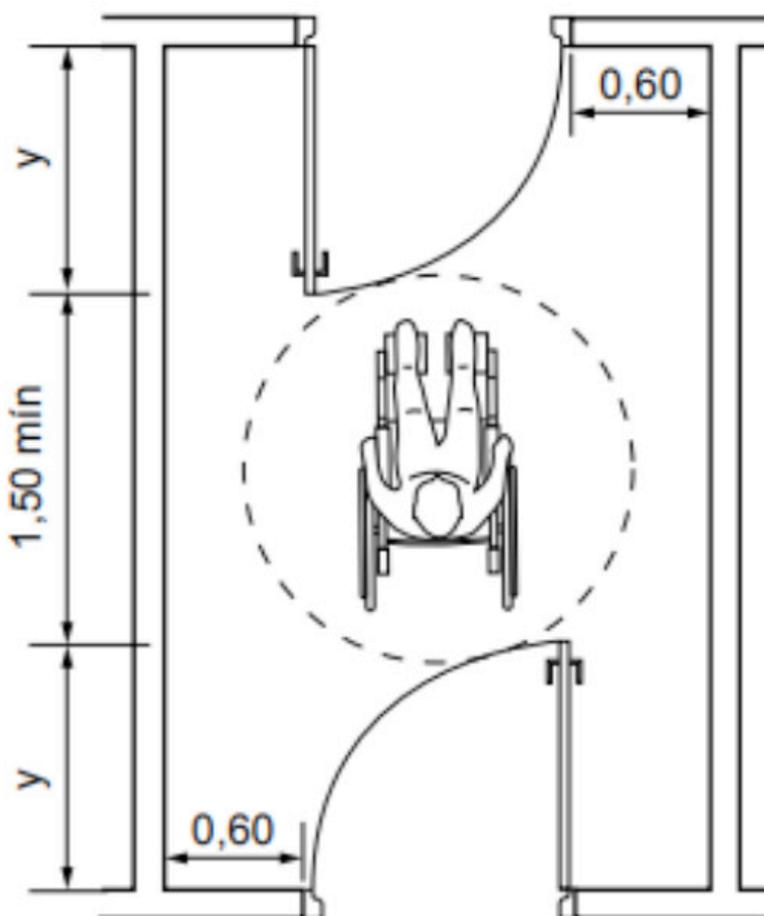


Figura 9 – Espaço para transposição de portas

Fonte: ABNT 9050:2015

Conforme a figura 9 para que um estudante tenha total segurança e mobilidade, em ambientes que possuem duas portas, há a necessidade de deixar o espaço mínimo para a rotação total da cadeira de rodas.

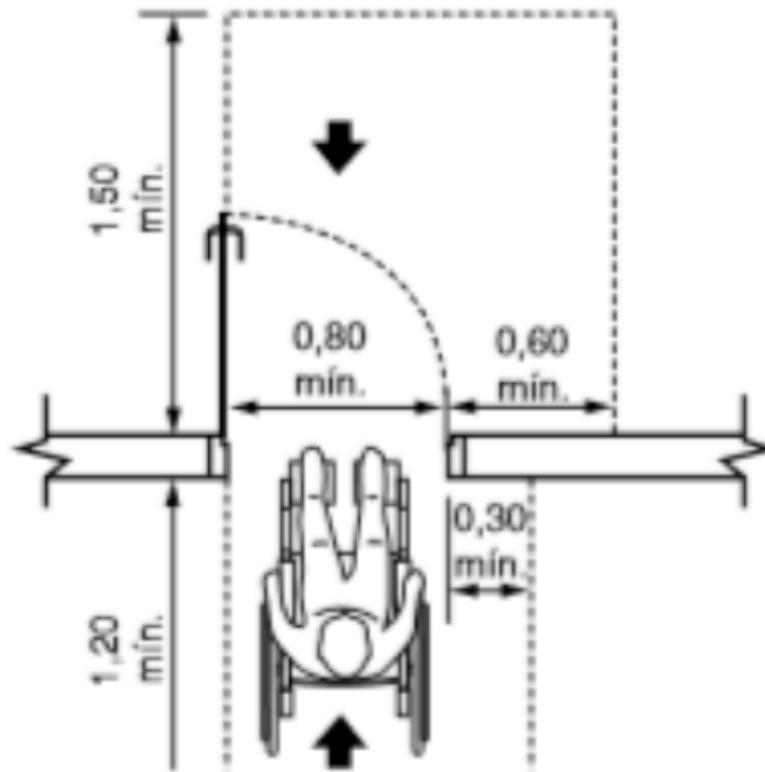


Figura 10 – Deslocamento frontal

Fonte: ABNT 9050:2015

Na figura acima, observa-se que quando as portas estiverem abertas deve-se ter uma medida mínima de 0,30 m entre a parede e a porta, isso no sentido do deslocamento da pessoa, já no sentido oposto deve atender a medida mínima de 0,60 m. Destaca-se ainda que o vão livre de abertura da porta deve ser de no mínimo 0,80 m.

Essas condições são imprescindíveis para que uma P.C.R possa transitar durante toda a instituição sem qualquer tipo de empecilho, principalmente quanto ao vão livre da porta.

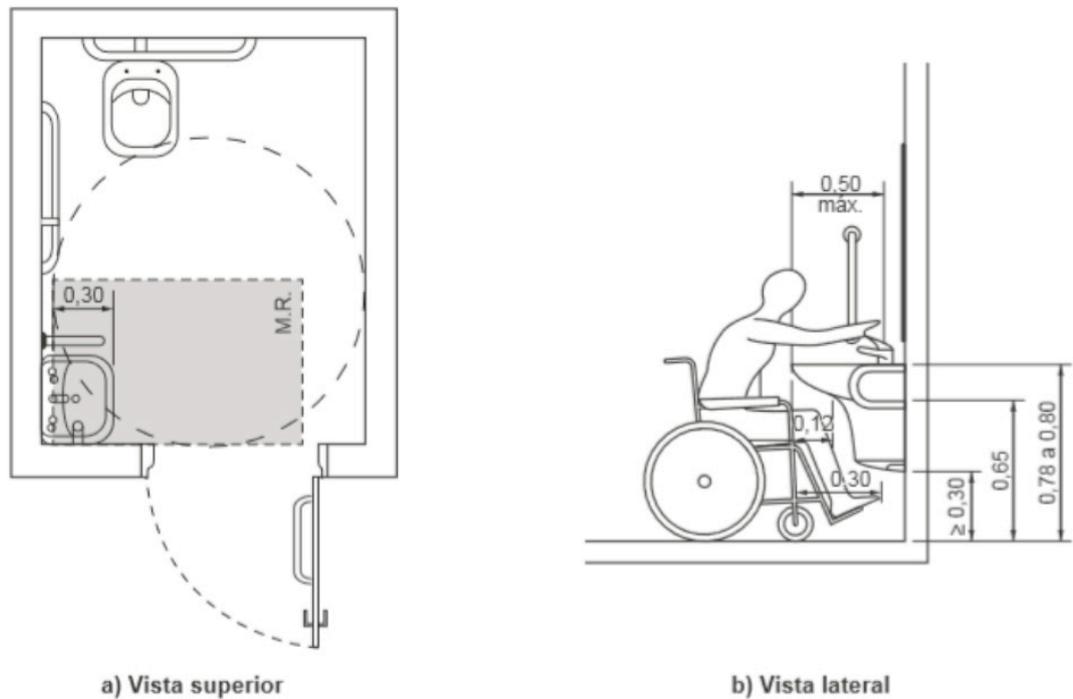


Figura 11 – Área de aproximação para uso do lavatório

Fonte: ABNT 9050:201

Quanto ao uso do lavatório, há a necessidade de atender além da medida mínima de circulação interna do banheiro a existência de barras de apoio próximo ao lavatório, com alturas mínimas recomendadas. A figura evidencia também que o tipo de torneira a ser utilizada é do tipo alavanca.

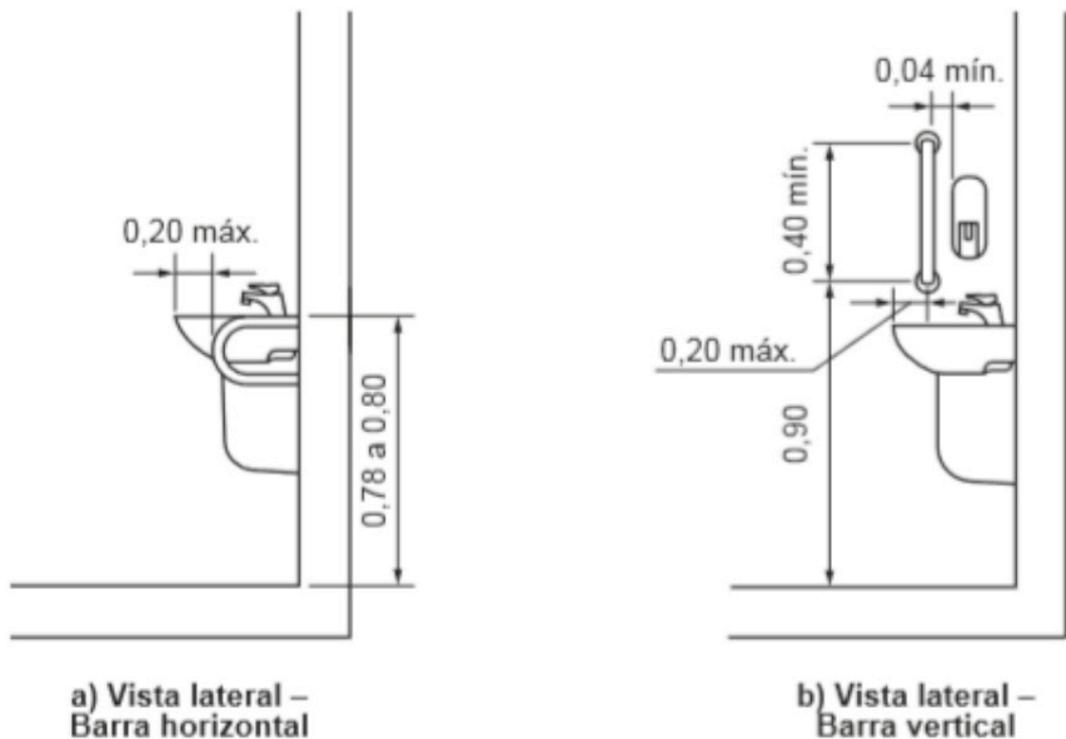


Figura 12 – Barra de apoio no lavatório – Vista lateral

Fonte: ABNT 9050:2015

Ainda na questão de lavatórios, a figura 12 estabelece as alturas recomendadas para a utilização com o conforto e segurança adequados.

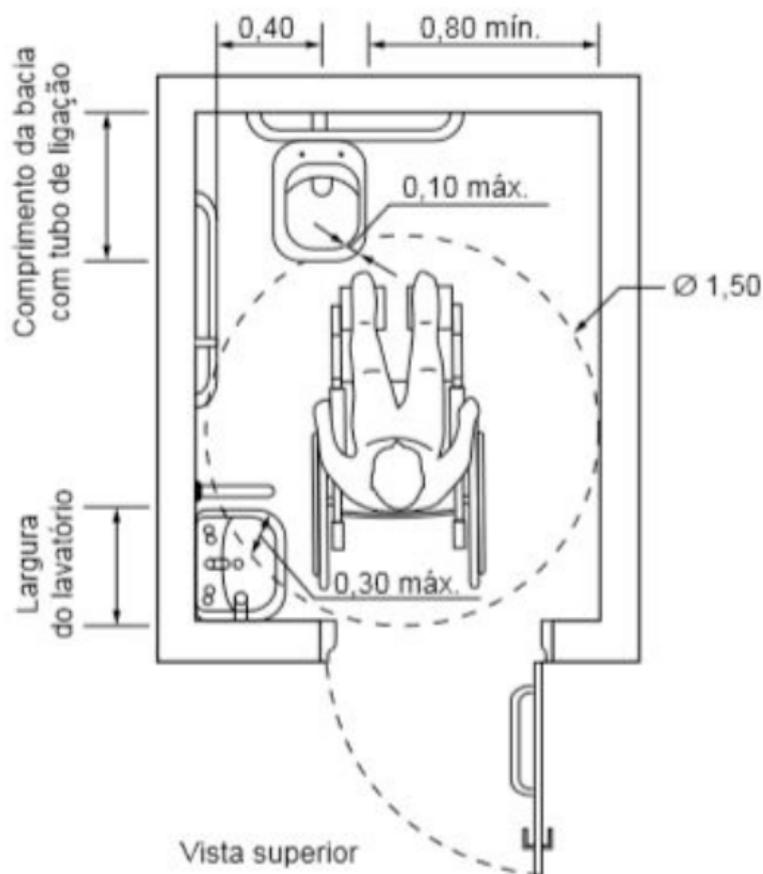


Figura 13 – Medidas mínimas de um sanitário acessível

Fonte: ABNT 9050:2015

Na figura observa-se as medidas mínimas para um sanitário acessível, ou seja, um sanitário que atenda além das medidas propostas para lavatório e bacia sanitária, oferecendo condições para a rotação total da cadeira de rodas.

Destaca-se ainda a existência de barras de apoio que podem ser de diversos tipos, abaixo a figura 14 estabelece um exemplo e as medidas necessárias para a correta instalação.

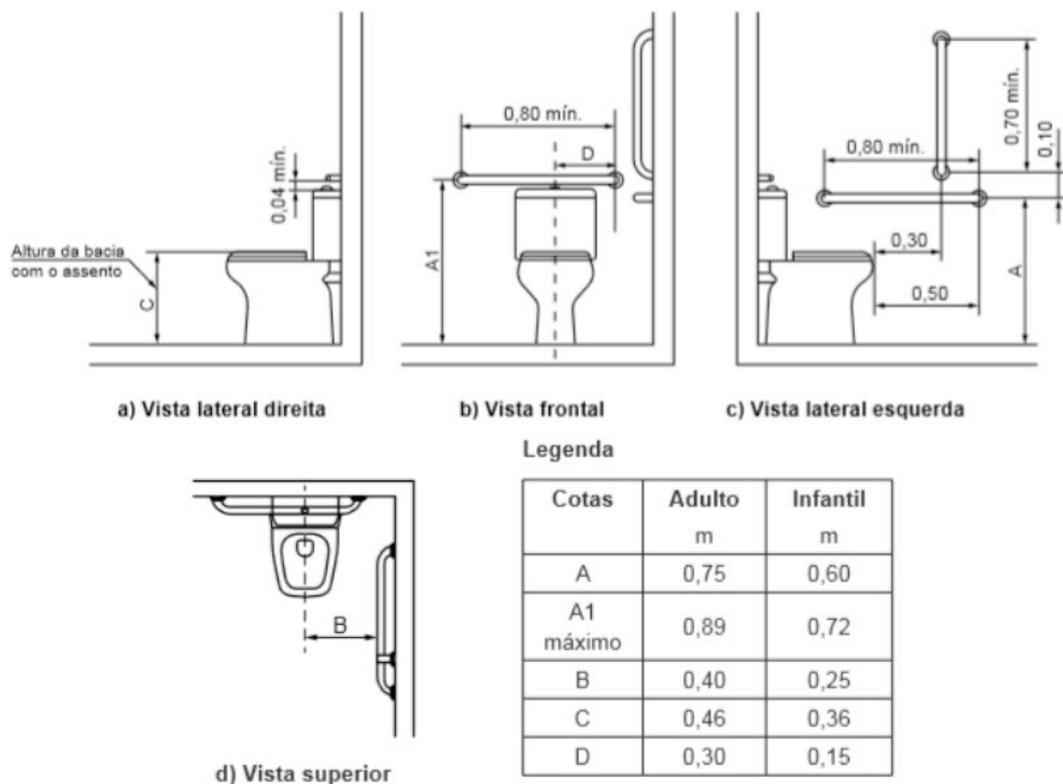


Figura 14 - Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

Fonte: ABNT 9050:2015

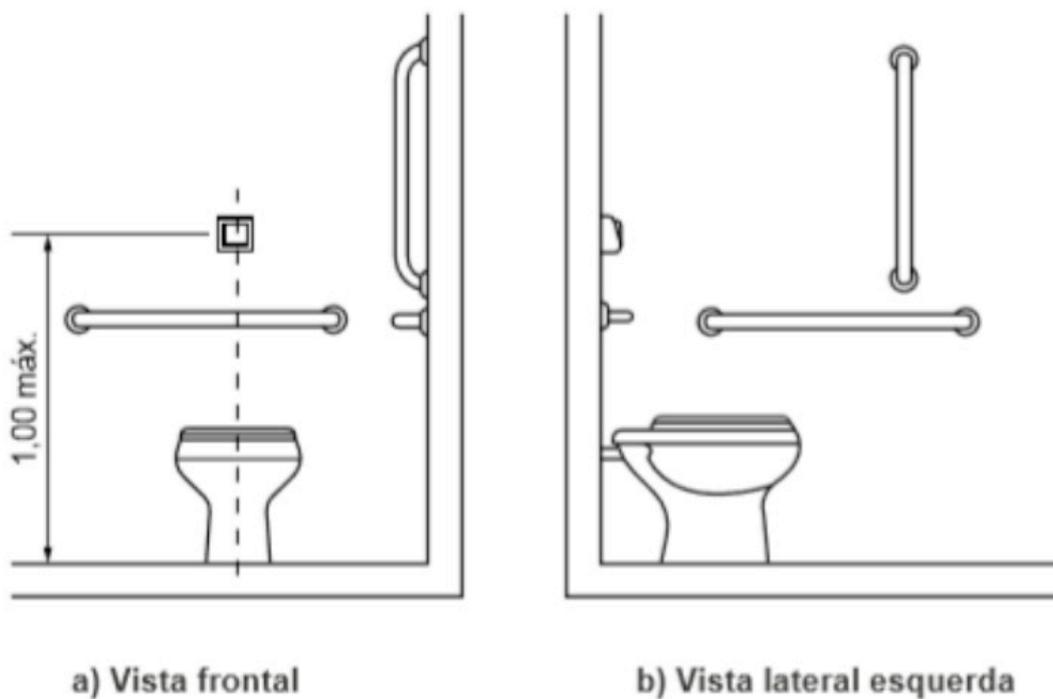


Figura 15 – Altura máxima de acionamento da válvula de descarga

Fonte: ABNT 9050:2015

Na figura 15 observa-se que existe uma altura máxima para o acionamento da válvula de descarga, 1,00 m. A norma ainda estabelece que a força de acionamento da descarga deve ser inferior a 23 N.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base da educação inclusiva nas escolas é propor uma organização que considere as necessidades de todos os alunos e que seja estruturado em função dessa necessidade. (MANTOAN, 2003).

A acessibilidade é parte importante para o pedagógico, já que o estudante precisa ter sua mobilidade e autonomia garantidas com recursos disponíveis e como parte principal ele precisa se sentir parte integrante daquele local sem qualquer tipo de barreira.

Nesse viés, Giacomoni, Sartoretto e Bersch (2010) afirmam que

[...] a falta de mobilidade dos alunos com deficiência física poderão se constituir em grandes barreiras para o aprendizado, pois, além de ter acesso aos espaços, é importante que a escola proporcione condições básicas de conforto e segurança, favorecendo a participação do aluno, nas várias atividades escolares. (GIACOMINI;SARTORETTO; BERSCH, 2010, p.23).

A acessibilidade arquitetônica promove a inclusão desses estudantes, ela é um direito do indivíduo.

Além da barreira arquitetônica, destaca-se também como a capacitação para o regente da turma pode contribuir para a inclusão desses estudantes. Para Mantoan (2003, p.43)

a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2003, p.43).

Nesse sentido, cabe pensar em propostas de formação continuada para todos os professores, não apenas os da educação especial. Todos profissionais possuem conhecimentos prévios antes de entrar em contato com a inclusão, sendo necessário a troca de experiências entre os profissionais para constantemente aperfeiçoar-se e realmente incluir os alunos sem restrição nas propostas, considerando e contribuindo para a aprendizagem desses estudantes independente das deficiências.

Os profissionais da instituição devem estar atentos às necessidades desses estudantes para incluí-los da melhor forma possível em vista das suas condições. Para Giacomoni, Sartoretto e Bersch (2010) os professores especializados devem construir redes de apoio para que em conjunto solicitem a gestão a adequação de mobiliários garantindo a mobilidade, facilitando a livre circulação de alunos e quando essa acessibilidade não existir devem ser propostas reformas estruturais na instituição. Para tanto, é necessário o envolvimento de profissionais da área de engenharia e arquitetura para a realização dessas adequações.

Em suma, a escola ideal é uma escola que propicie condições para as múltiplas deficiências como garantem as leis e diretrizes, uma escola que não segregue as crianças como era na antiguidade e que façam valer os direitos dessas crianças independente de sua condição.

REFERÊNCIAS

ABNT – **Associação brasileira de normas técnicas**. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ABRANCHES, O.S. **Integração do excepcional na força do trabalho**. Brasília, 2012.

ANTUNES, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 2014.

ARANHA, M.S.F. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. v.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 02 set. 2019

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF., 26 jun. 2014. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> . Acesso em : 5 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. Volume 1. Organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola Acessível**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=70341:mec-divulga-nova-resolucao-sobre-o-programa-escola-acessivel>>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação à distância. Programa tv escola. **Salto para o futuro**. 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, M.A.A.S.; DURAND, V.C.R.; MELO, P.R. A acessibilidade na escola como direito a educação: o que falam os estudos empíricos nacionais?. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, [S.l.], n. 29, p. 61-68, jun. 2016. ISSN 2447-9187. Disponível em: <<http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/506>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

FULLER, B. e CLARCK, P. Raising school effects while ignoring culture? Local conditions and the influence of classroom tools, rules, and pedagogy. **Review of Educational Research**, v. 12, n. 1, p. 119-157, 2010.

GARCIA, N. e WATZKO, M. **O processo de inclusão educacional: visão das escolas e possibilidade de atuação fonoaudiológica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Fonoaudiologia. Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina. 2015. 70p.

GIACOMINI, L.; SARTORETTO, M.L.; BERSCH, R.C.R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial**. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará; 2010.

MACHADO, M.H.; LIMA, J.P. **Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG)**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n3/2175-3369-urbe-2175-3369007003AO08.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

MAZZOTTA, M. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

NETO, A.O.S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 3, n. 60, p.81-92, mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X24091>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ROCHA, S. **Nova escola**. Disponível em: <<http://www.sobrei.org.br/>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

SANTOS, M.P. et al. **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2008. 168 p.

SANTOS, P.L. **A IMAGEM ENQUANTO FONTE DE PESQUISA: A Fotografia Publicitária**. 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/27/285>>. Acesso em: 24 out. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Unesco/texto/texto_2.html>. Acesso em: 5 abr. 2019.

VOIVODIC, M.A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 7, 98, 120, 121, 122, 123, 145, 148, 230, 250, 314, 315, 322, 325, 332
Annona muricata L 92, 93, 99
Aprendizagem docente 27
Arborização escolar 92, 100
Atenção integral à saúde 73
Atendimento educacional especializado 1, 2, 4, 6, 33, 84, 85, 86, 87, 90

C

Conocimiento científico 8, 9
Cotidiano escolar 27, 31, 35, 36, 37, 42, 46, 281
Cristianismo 165, 166
Cultura escolar 38, 39, 40, 41, 46, 49, 50, 147

D

Deficiência intelectual 1, 3, 4, 175
Design-based research 51, 52, 59
Design cognitivo 51, 53, 54, 55, 56, 58
Didáctica de la Biología 8, 10
Divulgação científica 143, 145, 146, 148, 299

E

Educação de jovens e adultos 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126
Educação do campo 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111
Ensino de química 156, 164, 325
Ensino médio 44, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 118, 119, 156, 157, 158, 159, 164, 210, 212, 213, 218, 220, 225, 226, 231, 249, 301, 302, 303, 325
Escola parque 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Escola pública estadual 38
Espaço não escolar 145, 148
Espaços culturais 38
Êxodo rural 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112
Extremo oeste catarinense 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

F

Formação continuada 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 128, 129, 135, 142, 143, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 231, 297, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 347
Formação de professores 37, 83, 86, 129, 130, 131, 134, 135, 143, 145, 147, 164, 191, 194, 198, 218, 242, 247, 249, 251, 252, 253, 314, 316, 318, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329, 335

H

Historia de las Ciencias 8

I

Idade média 132, 165, 166, 167, 168

Inclusão 1, 48, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 121, 125, 130, 131, 143, 147, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 233, 234, 235, 240, 241, 253, 262, 263, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 297, 298, 299

Inclusão escolar 82, 84, 85, 86, 87, 113, 174, 176, 177, 185, 233, 234, 235, 241, 263, 283, 284, 285, 297, 299

J

Jogo 1, 3, 4, 5, 6, 115, 119, 220, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 321, 322, 331

L

Legislação 68, 86, 88, 106, 113, 114, 123, 179, 192, 246, 252, 327, 328

Letramento científico 145, 148

M

Matemática 1, 7, 219, 236, 238, 250, 254, 302, 313, 318, 321, 323, 324, 332

Metodologia experimental 156, 159

Museu virtual 51, 54, 56, 57, 58

P

Pensamiento científico 8

Pequenos querubins 92, 94, 98, 99, 100, 101

Política pública de saúde 73

Políticas educacionais 37, 82, 282

População LGBTQI+ 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Prática pedagógica 27, 31, 34, 36, 39, 47, 129, 134, 231, 241, 273

Práticas culturais 38, 48

S

Sociocultural 77, 102, 103, 104, 111, 131, 195, 253

Soluções 4, 35, 45, 52, 55, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 202, 206, 208, 216, 223, 262, 270

T

Tese 102, 103, 105, 106, 112, 143, 144, 176, 186, 200, 218, 253, 263, 323, 325, 346

 **Atena**
Editora

2 0 2 0